

Escassez de água pode comprometer a atividade industrial

Pesquisa realizada pela Fiesp revela forte preocupação das indústrias com a possibilidade de racionamento de água e efeitos sobre a produção e o emprego

Os impactos causados pela situação de escassez de água no Estado de São Paulo, principalmente nas regiões abastecidas pelo Sistema Cantareira, e formas de enfrentar o problema, como a elaboração de planos de contingência, foram discutidos durante o seminário “Gerenciando a escassez de água na indústria”, realizado no dia 17 de julho, em Campinas.

Participaram do seminário o presidente do Centro das Indústrias de São Paulo (Ciesp), Rafael Cervone; Eduardo San Martin, diretor do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp, José Nunes Filho, Diretor Titular da Regional de Campinas, o professor Antônio Carlos Zuffo, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (FEC) da Unicamp; a promotora de Justiça Alexandra Faccioli Martins, do Ministério Público do Estado de São Paulo; e Leandro Zanini Santos, primeiro vice-diretor do Ciesp Americana e coordenador adjunto da Câmara Técnica da Indústria nos Comitês do Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), entre outras autoridades.

O evento, organizado com o objetivo de esclarecer empresários e industriais sobre a real situação de escassez de água na região dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Comitês PCJ), foi promovido pela Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-IND) dos Comitês PCJ e pelas diretorias regionais do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) das cidades de Americana, Bragança Paulista, Campinas, Jundiá, Indaiatuba, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e Santa Bárbara d'Oeste.

Efeitos sobre a produção

No seminário, foi apresentada pesquisa realizada pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp/Ciesp (Depecom) revelando que 67,6% das 413 indústrias consultadas estão preocupadas com a possibilidade de um eventual racionamento de água e que 62,2% estimam que a produção poderá ser prejudicada. “A pesquisa mostrou que 75% das indústrias de grande porte estão preocupadíssimas”, ressaltou Eduardo San Martin, diretor do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp, durante o seminário.



Foto: Tâma Waqued/Fiesp

San Martin ressaltou que as empresas estão tendo dificuldades para conseguir licença para captar águas subterrâneas.

Para San Martin, há sinais concretos de como a escassez de água tem afetado a atividade industrial na região das bacias PCJ. “Há empresas que eliminaram um turno de produção e outras que não conseguem se instalar por não receberem licença para captar água, além das que não conseguem ampliar suas atividades. Por outro lado, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, cerca de 3 mil postos de trabalho deixaram de existir, apenas no período de março a maio deste ano, nos municípios da bacia” destacou.

O diretor de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp ressaltou que na região das bacias PCJ há 75 empresas que respondem por 75% do consumo industrial de água. “Essas indústrias podem ter cada vez mais prejuízos em capacidade produtiva se esse bem natural faltar”. Ele lembrou que, em 2008, as indústrias dessas bacias hidrográficas tinham autorização para captar 14,31 metros cúbicos por segundo e que esse volume caiu quase pela metade. “A indústria está sendo punida”, afirmou San Martin.

Saiba mais sobre o evento e resultados da pesquisa nesta edição do Informe Ambiental

Gases de efeito estufa

O prazo para o envio à Cetesb do inventário de gases de efeito estufa (GEE), referente a 2013, termina no dia 31 de agosto. A entrega do inventário, obrigatório para determinadas atividades, deve ser feita por meio de formulário eletrônico disponível no site da Cetesb. As empresas também deverão enviar a memória de cálculo em planilhas abertas.

Página 4

Logística reversa

Os desafios para o atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), foram analisados durante reunião da Câmara Ambiental da Indústria Paulista (CAIP). A PNRS determina, entre outras obrigações, a implementação de um sistema de logística reversa para a coleta e destinação de produtos e embalagens descartados.

Página 5

Normas técnicas

A partir desta edição, o Informe Ambiental passa a publicar uma seção com informações sobre os estágios de elaboração em que se encontram as normas técnicas ambientais em discussão nos subcomitês do Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental ABNT - CB 38 e no Comitê Técnico (TC 207) da International Organization for Standardization – ISO.

Página 7

Presidente do Ciesp afirma que problema com abastecimento é antigo

Rafael Cervone destaca que empresas interessadas em investir na região de Campinas mostram preocupação com a disponibilidade de água

“É incrível que estejamos discutindo a falta de planejamento estratégico para um recurso tão escasso como a água. Estamos vivendo o problema há mais de 10 anos. Vamos planejar. A indústria tem feito a sua parte. Estamos fazendo projetos de produção mais limpa. O que a gente não pode é dizer que o problema não existe”. As afirmações foram feitas por Rafael Cervone, presidente do Ciesp. Cervone destacou que a região de Campinas sempre foi indutora de desenvolvimento e de tecnologia. “Estamos comprometendo o nosso futuro. Não podemos aceitar que sejamos vítimas de algo que já se sabia que iria acontecer”, afirmou. O presidente do Ciesp destacou que a instituição costuma receber consultas de empresas internacionais interessadas em projetos de joint ventures ou em investimentos na região e que a maioria delas mostra preocupação com a disponibilidade de água.

Agência Indusnet Fiesp



Foto: Tâmara Waquedi/Fiesp

Rafael Cervone, presidente do Ciesp

Indústria reduziu em 50% o consumo de água

Professor da Unicamp ressalta que setor industrial tem adotado medidas para gerenciar o problema



Foto: Tâmara Waquedi/Fiesp

Antônio Carlos Zuffo

A escassez de chuvas e a fragilidade do abastecimento na Grande São Paulo foram o destaque na palestra proferida pelo professor Antônio Carlos Zuffo, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (FEC) da Unicamp. Por conta da escassez de água, a indústria, de acordo com Zuffo, já reduziu em 50% o consumo. Segundo ele, as indústrias estão tomando providências com o intuito de gerenciar o problema e o uso de

tecnologia, com processos e equipamentos mais eficientes, tem sido fundamental para esse gerenciamento.

Zuffo lembrou que outras medidas têm sido utilizadas pela indústria, como captação e tratamento de água da chuva, reúso e investimento em redução de perdas no sistema público. “A indústria vai ter que fazer reúso do seu próprio esgoto, visando essa diminuição de consumo”, disse.

Reúso é alternativa, não solução

Leandro Zanini Santos, primeiro vice-diretor do Ciesp Americana e coordenador adjunto da Câmara Técnica da Indústria nos Comitês do Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), apresentou números que mostram as taxas de crescimento populacional na área, que têm sido muito significativas na região PCJ, e vêm acompanhadas pelo crescimento da demanda por água. No entanto, segundo ele, as captações vêm diminuindo desde 2012.

Segundo Santos, a falta de água pode gerar demissões e interferir em toda a estrutura da indústria. Ele destacou ser preciso analisar os recursos hídricos disponíveis e estudar as reais necessidades de seu uso, visando à redução do indicador litro de água por produto produzido. “Quase 15% do consumo é industrial. O reúso da água pode ser uma alternativa, mas não é a solução”, ressaltou.



Foto: Tâmara Waquedi/Fiesp

Leandro Santos

Promotora defende a revisão de acordo do Sistema Cantareira

Para Alexandra Faccioli Martins, as bases de negociação da outorga de água à Sabesp devem ser revistas

A promotora de Justiça Alexandra Faccioli Martins, do Ministério Público do Estado de São Paulo, vê na atual crise hídrica um lado positivo para a cidade de Campinas e municípios abastecidos pelas bacias



Foto: Tâmara Waquedi/Fiesp

Alexandra Faccioli Martins

PCJ: o despertar para a necessidade de revisão dos termos do acordo do Sistema Cantareira. Segundo ela, após a implantação do Sistema, sempre se tratou como direito adquirido a retirada de água para atendimento à região metropolitana de São Paulo. “Essas bases de negociação necessariamente têm de ser revistas”, defendeu a promotora, que integra o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) - Núcleo - XII - PCJ Piracicaba.

A resolução conjunta nº 910 da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE) do Estado de São Paulo, publicada no dia 11 de julho, prorrogou até 31 de outubro de 2015 o prazo de vigência da atual outorga à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). “Esse é o prazo que temos para nos articular e desenvolver estudos para ter uma segurança hídrica maior para a região das bacias PCJ. Sem isso, fatalmente nós teremos afetado todo o desenvolvimento das atividades industriais e imobiliárias”, ressaltou Alexandra.

A promotora destacou já existir um anúncio pelos órgãos gestores de que as próximas outorgas estão suspensas e que as demais outorgas poderão sofrer impactos em termos de redução de volume de água captada. “Esperamos que esse impacto não seja muito grave porque, obviamente, ninguém desconsidera que quando se afeta o setor industrial e o setor rural, há interferências severas em termos sociais.”

Agência Indusnet Fiesp

Pesquisa da Fiesp dimensiona preocupação com racionamento de água

Com o objetivo de identificar as consequências para a indústria paulista de eventual racionamento de água, o Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Fiesp consultou, de 12 a 26 de maio, 413 empresas industriais. Foram ouvidas 229 empresas de micro e pequeno porte, 140 empresas de médio porte e 44 empresas de grande porte. Das empresas que participaram da pesquisa, 67,6% estão preocupadas com a possibilidade de ser realizado um racionamento de água este ano. Apesar de a preocupação ser forte para empresas de todos os portes, as de grande porte são as mais preocupadas (75,0% ante 68,1% das pequenas e 64,3% das médias).

Preocupação com a possibilidade de ser realizado um racionamento de água este ano

	Pequena empresa	Média empresa	Grande empresa	Total das empresas
Está preocupada	68,1%	64,3%	75,0%	67,6%
Não está preocupada	27,1%	35,0%	22,7%	29,3%
Não respondeu	4,8%	0,7%	2,3%	3,1%

Um racionamento de água teria um pequeno impacto sobre o faturamento para 47,0% das empresas, não teria impacto para 32,7% e teria um forte impacto para 17,9%. As empresas de grande porte foram as que mais indicaram impacto sobre o faturamento: pequeno impacto para 50,0% das grandes, ante 48,9% das pequenas e 42,8% das médias; forte impacto para 29,5% das grandes, ante 17,9% das pequenas e 14,3% das médias.

Efeitos sobre a produção

Pensando nas consequências de uma interrupção no fornecimento de água, 62,2% indicaram que a produção pode ser prejudicada, mas não precisa ser interrompida. Para 12,1%, a produção não seria afetada e 11,9% indicaram que a produção é paralisada apenas no momento da interrupção, sendo retomada em seguida.

Impacto de um racionamento de água sobre o faturamento

	Pequena empresa	Média empresa	Grande empresa	Total das empresas
Não teria impacto	30,6%	40,0%	20,5%	32,7%
Teria pequeno impacto	48,9%	42,8%	50,0%	47,0%
Teria forte impacto	17,9%	14,3%	29,5%	17,9%
Não respondeu	2,6%	2,9%	0,0%	2,4%

As empresas de grande porte são as que estão mais preocupadas com a possibilidade de um racionamento de água porque sua produção é mais afetada. Apenas 50,0% afirmaram que não precisam paralisar a produção durante uma interrupção do fornecimento de água, enquanto 65,5% das pequenas e 60,7% das médias fizeram essa

mesma afirmação. Além disso, 13,6% das grandes têm de paralisar a produção durante a interrupção, ante 12,2% das pequenas e 10,7% das médias. Das empresas de grande porte, 11,4% têm a produção paralisada durante a produção e a retomada não ocorre logo em seguida, demorando bastante tempo, o que foi apontado por apenas 3,9% das pequenas e 9,3% das médias.

Das empresas que participaram da pesquisa, 54,5% não possuem uma fonte alternativa de água, enquanto 21,8% possuem e são capazes de manter a produção durante as interrupções e 20,8% não dependem do sistema de abastecimento de água.

Como sofrem mais com uma interrupção no fornecimento de água, um percentual maior de empresas de grande porte possui uma fonte alternativa de água, sendo que 36,4% não dependem do sistema de abastecimento de água e 34,1% são capazes de manter a produção durante as interrupções.

Possui fonte alternativa de água (Resposta Múltipla)

	Pequena empresa	Média empresa	Grande empresa	Total das empresas
Não	69,9%	39,3%	22,7%	54,5%
Sim e não depende do sistema de abastecimento de água	12,2%	30,0%	36,4%	20,8%
Sim e é capaz de manter a produção durante as interrupções	14,8%	29,3%	34,1%	21,8%
Outros	4,4%	3,6%	9,1%	4,6%
Não respondeu	0,0%	0,7%	0,0%	0,2%

Em suma, grande parte das empresas está preocupada com a possibilidade de um racionamento de água este ano. Uma interrupção no fornecimento de água afetaria as empresas, mas não de forma acentuada: a falta d'água, em boa parte, poderia prejudicar a produção, mas esta não precisaria ser interrompida na maioria dos casos.

A interrupção no fornecimento de água não afeta de forma tão acentuada a produção, pois quase metade das empresas pesquisadas possui alguma fonte alternativa de água sendo capaz de manter a produção durante as interrupções ou nem dependem do sistema de abastecimento de água.

Ainda assim, uma parcela das empresas (29,5% das de grande porte) sofreria um forte impacto com um racionamento de água, pois precisariam paralisar a produção, que pode demorar para ser retomada e, até em alguns casos, acarretar perda em máquinas ou em material que está sendo processado.

Consequências de uma interrupção no fornecimento de água para a empresa (Resposta Múltipla)

	Pequena empresa	Média empresa	Grande empresa	Total das empresas
A produção pode ser prejudicada, mas não precisa ser interrompida	65,5%	60,7%	50,0%	62,2%
A produção é paralisada apenas no momento da interrupção e retomada em seguida	12,2%	10,7%	13,6%	11,9%
A produção precisa ser paralisada e demora bastante tempo para ser retomada	3,9%	9,3%	11,4%	6,5%
Acarreta em grandes perdas, pois todo material que está sendo processado é perdido	2,6%	1,4%	2,3%	2,2%
Normalmente acarreta em perda de máquinas e equipamentos utilizados pela empresa	0,4%	1,4%	4,5%	1,2%
Não afeta a produção	10,5%	12,1%	20,5%	12,1%
Apenas água para uso dos trabalhadores	2,6%	4,3%	2,3%	3,1%
Outros	2,2%	1,4%	0,0%	1,7%
Não respondeu	3,5%	2,9%	2,3%	3,1%

Notas informativas

Inventário de gases de efeito estufa deve ser entregue até 31 de agosto

Termina no dia 31 de agosto o prazo para o envio à Cetesb do inventário de gases de efeito estufa (GEE) referente a 2013. Todas as empresas que desenvolvem as atividades listadas no artigo 3º da Decisão de Diretoria 254/2012/VI deverão preencher o formulário eletrônico disponível no site da Cetesb (www.cetesb.sp.gov.br/proclima/) para a entrega do inventário. Após o preenchimento do formulário, o usuário receberá um e-mail para o qual deverá ser enviada a memória de cálculo em planilhas abertas. Mais informações podem ser solicitadas pelo e-mail inventariogee_cetesb@sp.gov.br

Governo federal aprova propostas de acordos em logística reversa

O Comitê Orientador para a Implantação da Logística Reversa (CORI) aprovou, em 1º de julho, duas propostas de acordos setoriais: a de embalagens em geral e a de lâmpadas. Os acordos preveem responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e propicia que esses materiais, depois de usados, possam ser reaproveitados. As propostas passarão por consultas públicas.

Fonte: <http://www.mma.gov.br>

Plano Estadual de Resíduos Sólidos entra em fase de consulta pública

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo apresentou ao público a versão preliminar do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, importante instrumento previsto nas Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos. O Plano é parte de um processo que objetiva provocar uma gradual mudança de atitude, hábitos e consumo na sociedade paulista. O Plano Estadual é composto por dois volumes. O primeiro, que apresenta o Panorama dos Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo, tem como base um levantamento da atual gestão de resíduos sólidos no Estado. O segundo volume, que trata da Regionalização, Cenários e Diretrizes, é composto pelos Estudos de Regionalização e Proposição de Arranjos Intermunicipais, Cenários e Projeções, Diretrizes, Metas e Ações. A versão preliminar do Plano Estadual de Resíduos Sólidos ficará disponível para consulta pública, na página da SMA, até 5 de agosto deste ano. Além disso, serão realizadas cinco audiências públicas para apresentação e discussão da versão preliminar do Plano. Para mais informações consultar o endereço eletrônico <http://www.ambiente.sp.gov.br/cpla/2014/06/26/o-plano-estadual-de-residuos-solidos-esta-em-fase-de-consulta-publica/>

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br>

Brasil faz reciclagem mecânica de 21% dos plásticos para o cumprimento da PNRS

Pesquisa aponta que a indústria brasileira de reciclagem mecânica de plásticos (IRmP) recicla 21% do total dos plásticos pós-consumo no País. Foram recicladas aproximadamente 684 mil toneladas do total de 3,26 milhões de toneladas de plástico pós-consumo gerado em 2012. Essa indústria faturou R\$ 2,5 bilhões em 2012, um crescimento

de 4,3% sobre 2011 (R\$ 2,4 bilhões). Os dados apontam que o setor é formado por 762 recicladoras, com capacidade instalada de 1,7 milhão de toneladas. Juntas, essas empresas empregam diretamente 18,7 mil pessoas.

Fonte: <http://www.plastivida.org.br>

Cetesb faz levantamento sobre projetos de recuperação de biogás

Os projetos brasileiros sobre biogás desenvolvidos de acordo com o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto e publicados na United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) foram compilados pela Cetesb. Os projetos tratam da recuperação, acompanhada da destruição ou aproveitamento da energia do biogás. O levantamento reúne os projetos sobre o biogás emitido pela degradação anaeróbia dos resíduos sólidos urbanos em aterros e pelo tratamento anaeróbio de esgotos, efluentes líquidos ou resíduos rurais.

Além dos projetos de captura e queima do metano dos aterros e das estações de tratamento anaeróbio de esgotos, efluentes e resíduos rurais, quantidades de resíduos sólidos orgânicos são segregadas e empregadas como combustível em unidades de geração de energia elétrica com caldeiras a vapor. A combustão desse resíduo orgânico, que seria depositado em um aterro, evita a geração e emissão do metano contido no biogás.

A maioria dos projetos de redução de emissão de metano optou pela simples queima desse gás de efeito estufa. O levantamento é, assim, uma síntese atualizada de fontes de energia disponíveis para uma adequação dos projetos e avaliação da melhor aplicação energética para o metano que está sendo apenas queimado.

Mais informações em

<http://www.cetesb.sp.gov.br/mudancas-climaticas/biogas/Projetos%20de%20MDL/22-Projetos%20de%20MDL>

Relatórios de GEE de resíduos sólidos e efluentes líquidos estão na internet

A Cetesb disponibilizou na internet os Relatórios de Referência do Setor de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos (2009-2010), que são parte integrante do Inventário de Emissões Antrópicas de Gases de Efeitos Estufa (GEE) Diretos e Indiretos do Estado de São Paulo. Os documentos foram elaborados no âmbito de um projeto que contou com o apoio da Embaixada Britânica.

A estimativa de GEE por resíduos sólidos considerou variáveis como a população urbana, a taxa de coleta e composições de resíduos municipais no Estado de São Paulo. A estimativa por efluentes considerou variáveis como população urbana e rural, as quantidades de carga orgânica nos efluentes e seus destinos.

O levantamento dos dados foi realizado junto às principais fontes de informações do setor de saneamento do Estado e por pesquisas bibliográficas. Para a maioria das variáveis apresentadas no método, foram empregados *default*, por não existir dados nacionais e estaduais publicados, respeitando os princípios de transparência, consistência e acurácia recomendados pelo IPCC. Os gases inventariados foram o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O). Os relatórios, em PDF, estão disponíveis em www.cetesb.sp.gov.br/inventario-gee-sp/inventario-esp/271-emissoes-do-setor-de-residuos-solidos-e-efluentes-liquidos

Notas informativas

Setores analisam situação e desafios em logística reversa



Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Na reunião, foi feito um balanço setorial sobre logística reversa.

A atual situação e os desafios de cada setor em relação à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foram analisados por representantes de associações e sindicatos da indústria em reunião realizada na sede da Fiesp, em 22 de julho, pela Câmara Ambiental da Indústria Paulista (CAIP). Instituída pela Lei 12.305/2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos determina, entre outras obrigações, a implementação de um sistema de logística reversa para uma destinação ambientalmente adequada de produtos e embalagens descartados.

Na reunião, foram realizadas apresentações sobre pilhas, baterias e resíduos eletroeletrônicos; pneus; resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos; lâmpadas contendo mercúrio; embalagens plásticas; embalagens de papel e papelão e embalagem metálica de alumínio. Anicia Pio, gerente do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, detalhou no encontro a situação de acordos setoriais em âmbito nacional e termos de compromisso no Estado de São Paulo em logística reversa.

Marcelo Pricoli, da Reciclanip, entidade criada pelos fabricantes de pneus Bridgestone, Goodyear, Michelin, Pirelli e Continental, ressaltou que o grande desafio do setor é envolver todos os atores da cadeia, de revendedores até borracheiros. “Foram 570

milhões de reais investidos pelas empresas do setor em programas de destinação de pneus inservíveis”, informou. Já Renault Castro, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade (Abralatas), afirmou que o setor atingiu o limite técnico de reciclagem. “Em 2012, tivemos o maior índice de reciclagem do mundo, com 97,9%. Ou seja, 217 mil toneladas de alumínio recicladas. É o limite técnico, é impossível ir além desse número”.

André Saraiva, diretor da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), defendeu a necessidade de um prazo maior para os setores se adaptarem às mudanças introduzidas pela PNRS, principalmente para os que competem com produtos importados. “A indústria tem a característica de atender as demandas da sociedade. Mas precisa haver um prazo para que todos os setores possam se adequar às mudanças”, ressaltou. Isac Roizenblatt, da Associação Brasileira da Indústria de Iluminação (Abilux), afirmou que a logística reversa de lâmpadas é mais cara do que produzir uma nova. “No nosso caso, o custo do processo de logística reversa é extremamente alto”. Já Pedro Vilas Boas, consultor da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), defendeu a necessidade de desoneração da cadeia de reciclagem. Para ele, sem essa medida, vai ser difícil aumentar o potencial de reciclagem na cadeia.

Maria Helena Zucchi Calado, do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV), afirmou que a previsão do instituto para 2014 é recolher 42 mil toneladas de embalagens de defensivos agrícolas, um crescimento de 7% em relação a 2013. Segundo ela, o Brasil responde por 51% do total mundial de embalagens desses produtos que são recolhidas e destinadas para reciclagem ou incineração.

Gilmar do Amaral, da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), informou que, em 2013, foram transformadas 6,4 milhões de toneladas de material plástico, movimentando cerca de R\$ 70 bilhões. O setor, segundo ele, é o segundo maior empregador industrial do Estado de São Paulo. “Buscamos organizar e aprimorar a indústria de reciclagem de plástico no País”, destacou.

Agência Indusnet Fiesp

Bolsa de Resíduos

TIPO	NOME	QTDE	PREÇO	DATA
Construção civil				
Oferta	Agregados reciclados - Areia Reciclada	5.280 m³/ano	US\$ 19.00/m³	16/7
Metal/Metalúrgico				
Oferta	Chapas Ponta de Bobina	15 t/mês	US\$2.10/kg	17/7
Plástico				
Oferta	PEAD - Polietileno de Alta Densidade	30 t/mês	US\$2.10/kg	17/7
Oferta	PEBD - Polietileno de Baixa Densidade	50 t/mês	US\$1.80/kg	17/7
Oferta	BOPP - Polipropileno Biorientado	40 t/mês	US\$ 1.90/kg	17/7
Oferta	Polinylon	12 t/mês	US\$ 1.50/kg	17/7
Resíduo Químico				
Oferta	Cloreto de Cálcio	2 t/ano	US\$ 1.00/kg	17/7

Sustentabilidade deve integrar planejamento estratégico

Rodolfo Nardez Sirol, diretor de Meio Ambiente Corporativo da CPFL Energia, afirma em reunião do Cosema que incluir a sustentabilidade no planejamento estratégico das empresas gera resultados



Na reunião do Cosema, Rodolfo Sirol (segundo da esquerda para a direita) afirmou que a CPFL quer ser referência em sustentabilidade

“O desafio do profissional de meio ambiente é ser visto como participe do negócio e gerador de resultados”. A afirmação foi feita pelo diretor de Meio Ambiente Corporativo da CPFL Energia, Rodolfo Nardez Sirol, que fez uma apresentação sobre sustentabilidade e energia na reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp realizada no dia 30 de julho. Na reunião, coordenada pelo presidente do Cosema, Walter Lazzarini, o executivo destacou que a sustentabilidade deve estar integrada ao planejamento da empresa.

“A gente sabe que se o profissional de sustentabilidade chega quando o projeto já está concebido, ele só vai gerar custo e atraso na obra. Por outro lado, se esse profissional ou a equipe ligada ao tema chega na fase de concepção e participa do planejamento, estabelecendo premissas e condições básicas, ele passa a ser um gerador de valor”, afirmou.

No caso específico da CPFL, segundo Rodolfo Sirol, a sustentabilidade está na missão, na visão, nos princípios e no posicionamento de marca, além de fazer parte do planejamento estratégico da empresa. Ele destacou que cada unidade de negócio da empresa tem iniciativas estratégicas específicas para a sustentabilidade.

O diretor da CPFL considera, no entanto, que é importante oferecer tangibilidade de valor. Ele citou como exemplo um dos novos negócios da CPFL, em cadeia reversa. “A empresa precisa ampliar seu parque e trocar equipamentos, como postes, fiação, isoladores, transformadores, pneus e óleo, o que pode ser encarado como descarte de resíduos, que tem uma política específica. Mas a gente entendeu essas atividades como negócio, em que tudo que é possível vai ser recolocado na rede. E o que pode ser reciclado também será. Esse novo negócio já está gerando R\$ 1 milhão por mês”, ressaltou.

Sirol afirmou que o objetivo da CPFL é ser referência mundial em sustentabilidade. “Os fatores que garantiram o sucesso da empresa no passado não garantirão seu sucesso no presente e muito menos no futuro. Por isso a necessidade de se reinventar a todo momento. E fazemos isso por meio dos nossos pilares: valorização das pessoas, excelência, adoção das melhores práticas de gestão e criação de valor sustentável.”

Ariett Gouveia, Agência Indusnet Fiesp

Especialista propõe ações para o transporte urbano sustentável

Meios de transporte eficientes e inclusivos são o caminho para a melhoria da qualidade de vida em grandes centros urbanos, como São Paulo

A melhoria dos serviços de transporte passa por iniciativas que tenham como objetivo o desenvolvimento sustentável de meios de transporte, eficientes e inclusivos, com a redução da dependência de veículos baseados em fontes fósseis e a diminuição da poluição do ar e sonora. Esse é, na opinião do arquiteto Luiz Antônio Cortez Ferreira, coordenador executivo da Iniciativa Latino-Americana para o Transporte Sustentável (Ilats), o caminho para a melhoria da qualidade de vida em centros urbanos como São Paulo.

Ferreira, que participou como convidado da reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, realizada em 27 de junho, defendeu a ampliação das redes de metrô e trens metropolitanos como forma de ordenar a ocupação territorial através da criação de redes de trens regionais. Além disso, segundo ele, é importante o incentivo à mobilidade ativa e ao transporte não motorizado, com a criação de programas de incentivo para, principalmente, o uso da bicicleta.

Uma meta que, na visão do especialista, deveria ser pauta dos planos de governos federais, estaduais e municipais é a busca pela redução de acidentes de trânsito em 7,5% ao ano. Para Ferreira, a criação de cursos de formação de gestores de transporte estimularia a profissionalização da gestão do trânsito. Outras importantes ações seriam medidas para o controle da poluição do ar, a renovação rápida da frota, a redução das emissões de precursores de ozônio, a promoção do uso do etanol e a melhoria da eficiência do transporte de cargas.



Ferreira: desenvolvimento sustentável de meios de transporte.

O presidente do Cosema, Walter Lazzarini Filho, o diretor do conselho, Mario Hirose, e o vice-presidente do Ilats, Celso Monteiro de Carvalho, também participaram do encontro.

Guilherme Abati, Agência Indusnet Fiesp

Normas Técnicas

Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental ABNT - CB 38

O CB-38, do qual a Fiesp é membro, é espelho do Comitê Técnico 207 - Gestão Ambiental (TC 207) da ISO (International Organization for Standardization) e desenvolve a série de normas internacionais sobre gestão ambiental. A seguir, são apresentadas as normas atualmente em discussão na ISO (TC 207) e nos subcomitês (SC) do CB 38, bem como os estágios de elaboração em que se encontram.

SC01-Sistema de Gestão Ambiental

ISO/DIS14001 - Environmental management systems - Requirements with guidance for use (*Sistemas de Gestão Ambiental – Requisitos com orientações para uso*).

ISO/CD 14004 - Environmental management systems - General guidelines on principles, systems and support techniques (*Sistemas de Gestão Ambiental – Diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio*).

SC03 -Rotulagem Ambiental

ISO/WD 14024 - Environmental labels and declarations - Type I environmental labelling - Principles and procedures (*Rótulos e Declarações Ambientais – Declarações ambientais Tipo I - Princípios e procedimentos*).

ISO/WD 14027 - Environmental labels and declarations - Type III environmental declarations - Product Category Rule (PCR) (*Rótulos e Declarações Ambientais - Declarações ambientais Tipo III- Regras de Categorias de Produtos*).

SC04 -Avaliação de desempenho ambiental

ISO 14031:2013 - Environmental performance evaluation - Guidelines (*Avaliação do Desempenho Ambiental - Diretrizes*)
Tradução da nova versão da norma para publicação em português.

ISO/NP 14034 - Environmental technology verification (ETV) and performance evaluation (*Verificação da tecnologia ambiental e avaliação do desempenho*).

Nova proposta para elaboração de norma aprovada.

SC05 -Avaliação de Ciclo de Vida

ISO/DIS 14046.2 - Water footprint - Principles, requirements and guidelines (*Pegada Hídrica – Princípios, requisitos e diretrizes*).
A norma foi publicada em julho de 2014

ISO TR 14073 - Water footprint - Illustrative examples on how to apply ISO 14046 (*Pegada Hídrica – Exemplos ilustrativos em como aplicar a ISO 14046*).

Novo projeto registrado para início dos trabalhos de elaboração do TR (Relatório Técnico).

SC07 -Mudança do Clima

ISO/NP 14064-1 - Greenhouse gases - Part 1: Specification with guidance at the organization level for quantification and reporting of greenhouse gas emissions and removals (*Gases de Efeito Estufa – Parte 1: Especificação e orientação a organizações para quantificação e elaboração de relatórios de emissões e remoções de gases de efeito estufa*).

Novo projeto aprovado – revisão da norma será iniciada.

ISO/NP 14064-2 - Greenhouse gases - Part 2: Specification with guidance at the project level for quantification, monitoring and reporting of greenhouse gas emission reductions or removal enhancements (*Gases de Efeito Estufa -Parte 2: Especificação e orientação a projetos para quantificação, monitoramento e elaboração de relatórios das reduções de emissões ou da melhoria das remoções de gases de efeito estufa*).

Novo projeto aprovado – revisão da norma será iniciada.

ISO/NP 14064-3 - Greenhouse gases - Part 3: Specification with guidance for the validation and verification of greenhouse gas assertions (*Gases de Efeito Estufa -Parte 3: Especificação e orientação para a validação e verificação de declarações relativas a gases de efeito estufa*).

Novo projeto aprovado – revisão da norma será iniciada.

WG9

ISO/CD 14055-1 - Combatting land degradation and desertification - Part 1: Guidelines and general framework (*Combate à degradação do solo e desertificação – Parte 1: Diretrizes e estrutura geral*).

ISO/AWI TR 14055-2 - Combatting land degradation and desertification - Part 2: Case studies (*Combate à degradação do solo e desertificação – Parte 2: Estudos de Caso*).

Novo projeto registrado para início dos trabalhos de elaboração do TR (Relatório Técnico).

ISO/NP 14052 - Environmental management - Material flow cost accounting - Guidance for practical implementation in a supply chain (*Gestão Ambiental – Contabilidade de custos de fluxo material*).

Nova proposta para elaboração de norma aprovada.

Consulta Nacional

O projeto 38:005.01-007 (ISO/TR 14049) - Gestão ambiental - Avaliação do ciclo de vida - Exemplos ilustrativos de como aplicar a ABNT NBR ISO 14044 à definição de objetivo e escopo e à análise de inventário, referente ao ABNT/CB-038 Gestão Ambiental, está em consulta nacional até 14 de agosto deste ano e pode ser acessada em <http://www.abntonline.com.br/consultanacional/>

Processo de elaboração das normas ISO



ISO 9001 e ISO 14001

Publicação de normas revisadas é aguardada para 2015

O processo de revisão das normas ISO 9001 e ISO 14001, iniciado em 2012, tem como base o Anexo SL, um documento elaborado pela ISO – International Organization for Standardization que fornece uma estrutura e formato comuns, texto essencial idêntico, termos comuns e definições essenciais para revisão e elaboração de normas de Sistema de Gestão, o que permitirá uma harmonização entre todas as normas de Sistema de Gestão e simplificará o uso integrado das mesmas. As normas ISO 9001:2008 e ISO 14001:2004, revisadas, têm publicação prevista para 2015.

Principais alterações

- Enfoque no planejamento do sistema de gestão, alinhado ao planejamento estratégico da organização. Inserção de novo requisito que visa à análise do contexto interno e externo à organização, bem como a determinação das partes interessadas relevantes, com a identificação das necessidades e expectativas relevantes das mesmas.

- Inserção do requisito Liderança, que atribui responsabilidades específicas para aqueles em posições de liderança de forma a garantir o sucesso do sistema de gestão.

- Mudança de ênfase no que diz respeito à melhoria contínua, que passa a ter um enfoque na melhoria do desempenho da organização.

- Não inclui um item específico para a ação preventiva. A ação preventiva passa a ser parte do planejamento e rotina, conforme disposto no item 4.1 - "questões internas e externas que são relevantes ao propósito da organização e que podem afetar sua capacidade de atingir o resultado pretendido", e no item 6.1 - "determinar os riscos e oportunidades identificados necessários para assegurar que o sistema de gestão possa

atingir o resultado pretendido, prevenir ou reduzir efeitos indesejados, e alcançar a melhoria contínua". Os dois itens citados abarcam o conceito de ação preventiva, por meio da eliminação ou prevenção dos riscos, trazendo uma visão mais ampla ao inserir a identificação de oportunidades.

- A revisão incorpora o termo "informação documentada", em vez de "Documentos" e do "Registro". A organização vai manter a flexibilidade para determinar quando são necessários "procedimentos" para garantir o controle eficaz do processo.

A norma ISO 14001 ainda traz alguns pontos novos específicos, como a utilização da perspectiva de ciclo de vida (lifecyclethinking) durante os estágios de desenvolvimento do produto. Vale ressaltar que isto não significa que a organização deverá realizar uma avaliação de ciclo de vida (ACV).

O que fazer se a empresa já é certificada ISO 9001 ou ISO 14001?

No momento, a empresa deve se manter informada e participar das discussões sobre a revisão das normas, atualmente no penúltimo estágio de elaboração (DIS). O CB-38, em parceria com o Departamento de Meio Ambiente da FIESP, fará uma discussão sobre a ISO 14001.

Com a publicação das normas, a ISO definirá um período de transição para que as organizações possam se adequar à nova versão da norma.

Fóruns Ambientais

Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama)

Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos (CTQAGR)

Nos dias 23 e 24 de julho, o DMA participou de reuniões da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos para discussão da proposta de revisão da Resolução Conama nº 307/2002, para reclassificação dos resíduos de tintas, e de proposta de resolução que dispõe sobre a gestão ambientalmente adequada e a eliminação controlada de bifenilas policloradas (PCBs) e seus resíduos. Mais informações podem ser obtidas no endereço eletrônico: <http://www.mma.gov.br/port/conama/>.

Conselho de Recursos Hídricos (CRH)

Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob)

Em reunião realizada em São Paulo (SP), no dia 15 de julho, foi elaborada a resposta para a proposta de reajuste de preços da cobrança para o PCJ. Na reunião, acompanhada pelo DMA, foi estabelecida a programação das próximas reuniões para tratar das análises da implantação da cobrança no Paranapanema.

Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas (CT-AS) e de Planejamento (CT-Plan)

Os subsídios ao plano de desenvolvimento e proteção ambiental e minuta de lei específica da área de afloramento do Aquífero Guarani no Estado de São Paulo foram apresentados em reunião conjunta realizada

pelas Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas e de Planejamento. O DMA acompanhou a reunião, realizada no dia 14 de julho, em São Paulo (SP).

Câmara Técnica de Proteção das Águas (CT-PA)

O cronograma de trabalho para o segundo semestre deste ano e a apresentação das dificuldades da agricultura em solicitar financiamento para Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) foram os temas de reunião realizada pela Câmara em 17 de julho. O DMA esteve presente à reunião, realizada em São Paulo (SP).

Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)

O DMA participou de reunião, realizada no dia 18 de julho, no Centro de Tecnologia e Hidráulica da USP em São Paulo (SP), para a discussão da pauta e programação da oficina que discutirá critérios e diretrizes gerais para o enquadramento no Estado de São Paulo.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob)

As discussões sobre a sustentabilidade financeira das entidades delegatárias e as alternativas à extinção do grupo de acompanhamento de aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos foram retomadas em reuniões realizadas nos dias 22 e 23 de julho, em Brasília (DF). O DMA participou das reuniões.

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas

Os Planos de Manejo do Parque Estadual de Ilha Bela (PEIB) e da APA da Várzea do Rio Tietê foram discutidos em reunião, realizada em 1º de julho, pela Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas do Consema. Uma nova reunião ocorrerá em agosto para apreciação do relatório do Plano de Manejo do PEIB. Em 22 de julho, em nova reunião da Comissão, foi apresentado o Relatório Final sobre o Plano de Manejo Integrado das Unidades de Conservação da Reserva Biológica e Estação Ecológica de Mogi-Guaçu. As reuniões foram acompanhadas pelo DMA.

Em 22 de julho, o DMA esteve presente à reunião realizada em São Paulo (SP) para informe sobre o andamento da proposta de criação do Parque Estadual do Taquari e apreciação da minuta de decreto que cria a Estação Ecológica Sylvio Sampaio Moreira/Cajuru. Na ocasião, foi realizada apresentação sobre o decreto que institui o Sistema Estadual de Gerenciamento On-line de Resíduos Sólidos (SIGOR), bem como sobre o que institui o Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recuperação de Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água – Programa Mata Ciliar.

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp)

Grupo de Meio Ambiente

O DMA proferiu palestra, no dia 1º de julho, em Santa Bárbara D'Oeste (SP), sobre segurança hídrica e o momento histórico de estiagem que a Grande São Paulo e as bacias PCJ vêm passando. Foram abordados o histórico do abastecimento, realidades e desafios da gestão nas regiões, os impactos para o setor industrial devido às possíveis restrições de uso dos recursos hídricos e, principalmente, o lançamento do manual de ações de contingência para a indústria paulista. No dia 11 de julho, o DMA proferiu palestra sobre o mesmo tema em Piracicaba (SP) e no dia 21 de julho em Rio Claro (SP).

Fundo Municipal de Logística Reversa e Inclusão dos Catadores

O DMA participou, como membro titular do Conselho Gestor do Fundo, de reunião extraordinária realizada na sede do Instituto Ecoar. Na reunião, realizada no dia 1º de julho, foi aprovado o Agente Operador do Fundo, criado pelo contrato instituído pela Resolução nº 28/AMLURB/2014. No dia 14 de julho, foi realizada reunião ordinária do Fundo, que também contou com a presença do DMA, para dar continuidade à discussão sobre o plano de gestão do Fundo a ser apresentado pelo Agente Operador.

Recomposição Florestal das Bacias PCJ

Em 10 de julho, o DMA esteve na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP), em Piracicaba (SP), para participar do II Workshop do projeto para atualização do Plano Diretor de Recomposição Florestal das Bacias PCJ. No evento, foi apresentada a proposta de diretrizes para o planejamento da recomposição da vegetação natural nas bacias PCJ.

Responsabilidade com o investimento

Os principais gargalos e dificuldades para a execução de contratos e obras ferroviárias e rodoviárias foram discutidos em reunião realizada no dia 7 de julho pelo GT Responsabilidade de Investimento. Estiveram presentes ao encontro Vicente Abate, presidente da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer), e Tarcisio Gomes de Freitas, diretor-executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de

Transportes (DNIT). A reunião, que contou com a participação do DMA, foi promovida pelo Departamento da Construção Civil da Fiesp (Deconcic).

Conselho de Meio Ambiente de São José do Rio Preto

Reunião Ordinária

O Projeto Lixo Eletrônico – Instituto GEA e a escolha dos conselheiros para compor o Conselho Gestor da Fundação Municipal do Meio Ambiente (Fumdema) foram os temas da reunião realizada em 15 de julho pelo Conselho de Meio Ambiente de São José do Rio Preto. Na reunião, acompanhada pelo DMA, também foi apresentado o parecer do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema) sobre a instalação de um painel de propaganda luminoso para exploração de publicidade.

Gestão adequada e controlada de PCB's

Em 15 de julho, o DMA se reuniu com representantes da empresa Denver com o objetivo de coletar subsídios sobre a metodologia de análise e descontaminação de equipamentos em operação com suspeita de contaminação por bifenilas policloradas (PCBs). Esse assunto está em discussão na Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos (CTQAGR), do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

Logística Reversa

Em 16 de julho, o DMA participou de reunião com representantes do setor de alimentos com o objetivo de dar continuidade à discussão sobre a Resolução SMA nº 38/2011, que estabelece a relação de produtos geradores de resíduos de significativo impacto ambiental, para fins do disposto no artigo 19, do Decreto Estadual nº 54.645, de 5/8/2009, que regulamenta a Lei Estadual nº 12.300, de 16/3/2006, e dá providências correlatas.

Dioxinas e Furanos no Brasil

O DMA participou de reunião da Comissão Setorial de Produtos Químicos para Couros, realizada no dia 16 de julho, na sede da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) para discussão sobre o capítulo "Estratégias para Redução de Liberações de Dioxinas e Furanos no Brasil", relacionado ao setor de couro e que figura em publicação do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Participaram da reunião, o gerente de Segurança Química do MMA, Alberto Rocha, e o professor João Vicente de Assunção, da USP, que foi contratado pelo MMA para a elaboração do inventário e do plano de ação para redução de emissão de dioxinas e furanos no Brasil. O inventário e o plano de ação são partes integrantes do Plano Nacional de Implementação (NIP), previsto na Convenção de Estocolmo, do qual o Brasil é signatário. O plano, composto de informações de vários setores industriais, será finalizado em setembro deste ano. Mais informações podem ser obtidas no endereço eletrônico <http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/convencao-de-estocolmo>.

Secretária de Meio Ambiente (SMA)

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

No dia 17 de julho, em Presidente Prudente (SP), e em 28 de julho, em Bauru (SP), o DMA participou de audiências públicas sobre o plano de gerenciamento de resíduos sólidos estadual, para apresentação sucinta do diagnóstico do gerenciamento dos resíduos sólidos no Estado. Nos encontros, foi reforçado o pedido para que todos contribuam com o plano de metas, que está em consulta pública.

Código Florestal

O DMA esteve na Ordem dos Advogados (OAB), em Franca (SP), no dia 17 de julho, para participar de reunião da Comissão do Meio Ambiente. No encontro, foram tratados assuntos referentes ao evento que acontecerá em setembro sobre o Código Florestal.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Comitê Brasileiro da Qualidade ABNT/CB-25

Em 10 de julho, o DMA participou de *workshop* da ABNT, realizado com o apoio do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), para discussão do estágio DIS (Draft of International Standard), publicado em 15 de maio deste ano, da norma ISO 9001 – Sistemas de Gestão da Qualidade – Requisitos.

Área de Proteção Ambiental (APA) de Itupararanga

O projeto de licenciamento da duplicação da Rodovia Bunjiro Nakao e os planos de trabalho de compensação ambiental do Sistema Produtor São Lourenço, da Sabesp, foram analisados em reunião, acompanhada pelo DMA, realizada pela organização não governamental (ONG) SOS Itupararanga, em Ibiúna (SP). A reunião ocorreu no dia 23 de julho.

Área de Proteção Ambiental (APA) de Ibitinga

O Conselho Gestor da APA Ibitinga promoveu reunião em Ibitinga (SP), em 7 de julho, para a posse dos novos membros do Conselho. O DMA acompanhou a reunião.

Comitês de Bacias Hidrográficas

Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)

Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB)

O Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água em rios de domínio da União, para os próximos quatro anos, foi apresentado em reunião realizada em 4 de julho, em Piracicaba (SP). Na ocasião, foi aprovada a minuta de deliberação sobre Programas de Educação Ambiental, a serem apresentados no âmbito do licenciamento ambiental referentes aos empreendimentos submetidos à análise dos Comitês PCJ, bem como a hierarquização dos pleitos referentes ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) e Cobranças PCJ.

Grupo Técnico para as Eleições (GT-Eleições)

O calendário, edital, procedimentos eleitorais e constituição de Comissão Eleitoral para as eleições do CBH-PCJ e do PCJ-Federal, para o mandato 2015/2017, foram avaliados e aprovados em reunião realizada em 11 de julho, em Campinas (SP). O DMA esteve presente à reunião.

Grupo Técnico para Critérios do Plano de Bacias (GT-Critérios)

Os critérios para distribuição das verbas da cobrança pelo uso da água foram aprovados em reunião realizada em 15 de julho, em Piracicaba (SP). Na reunião, acompanhada pelo DMA, também foi definida a agenda para a inscrição de projetos que pleiteiam os recursos.

Termo de referência

Em 21 de julho, o DMA esteve na Agência PCJ, em Piracicaba (SP), para avaliar o termo de referência para a contratação da empresa que fará os programas da TV PCJ.

Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)

O resumo da situação dos trabalhos dos grupos de trabalho (GTs) Estiagem e Critérios foi apresentado no dia 22 de julho, em reunião realizada no Núcleo Técnico Municipal, em Rio Claro (SP). Na ocasião, também foi apreciado o encaminhamento para a continuidade dos estudos do Programa de Efetivação do Enquadramento nas Bacias PCJ.

Paraíba do Sul (CEIVAP)

Câmara Técnica Consultiva (CTC)

A reavaliação dos mecanismos de cobrança pela transposição para o rio Guandu e a adoção de coeficientes de boas práticas para os setores da agricultura e saneamento foram discutidas em reunião, ocorrida em 1º de julho, do Comitê para Integração do Rio Paraíba do Sul, na regional da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) em Juiz de Fora. A indexação de reajuste dos preços públicos unitários (PPUs) foi rejeitada pela CTC, tendo em vista o entendimento que não se trata de um imposto ou taxa.

No dia 2 de julho, em novo encontro, foram apresentados os resultados das discussões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) para cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União. No encontro, foi dada continuidade às análises sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS).

As alternativas para a sustentabilidade financeira da Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul (Agevap) foram discutidas em reunião realizada pela CTC no dia 29 de julho, no Rio de Janeiro (RJ). O DMA acompanhou as discussões.

Tietê Batalha (CBH-TB)

Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)

A definição dos critérios para distribuição dos saldos remanescentes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014 foi discutida em reunião realizada em 2 de julho, em Novo Horizonte (SP).

Tietê Jacaré (CBH-TJ)

Câmara Técnica de Planejamento e Gestão (CT-PG)

O financiamento de projetos e o plano de trabalho do CBH-TJ foram discutidos em reunião realizada em 2 de julho, em Araraquara (SP). O DMA acompanhou a reunião.

Reunião plenária

Os critérios para distribuição dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) foram definidos na reunião, acompanhada pelo DMA, que foi realizada em 14 de julho, em Araraquara (SP).

Pontal do Paranapanema (CBH-PP)

Grupo de Trabalho do Plano (GT-Plano)

Em reunião realizada em Presidente Prudente (SP), no dia 3 de julho, foram avaliados o Diagnóstico e Prognóstico, bem como a adequação do cronograma de trabalho do Comitê. No encontro, acompanhado pelo DMA, foram discutidas propostas de melhorias para o plano, com a inserção de mais informações relevantes da região.

Grupo de Trabalho de Planejamento (GT-Plan)

Em 15 de julho, o DMA participou da reunião realizada em Presidente Prudente (SP) para apreciação, discussão e aprovação das modificações e melhorias propostas para o Diagnóstico e Prognóstico do Plano de Bacia do Pontal do Paranapanema. No encontro, também foi discutida a adequação do cronograma de trabalho.

A revisão da tabela apresentada pela Irrigart e a definição sobre o escopo de trabalho para a elaboração do plano de bacia, para atender minimamente a deliberação 146, foram os temas tratados na reunião do GT-Plan do dia 21 de julho. O DMA acompanhou a reunião, realizada em Presidente Prudente (SP).

Alto Tietê (CBH-AT)

GT Gestão da Demanda

Em 7 de julho, o DMA esteve presente à reunião realizada em São Paulo (SP) para a implantação do Grupo de Trabalho que terá como missão propor ações de curto, médio e longo prazos voltadas à redução da demanda de água na Grande São Paulo.

As propostas para ações de contingências visando ao uso adequado da água e a racionalização no consumo foram discutidas pelo GT em reunião realizada no dia 21 de julho, em São Paulo (SP). O DMA participou da reunião.

Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH)

O Grupo de Trabalho para Estruturação da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) promoveu, no dia 23 de julho, uma visita para conhecimento dos processos de monitoramento hidrológico do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), USP/LabSíd e Agência PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiá). O DMA esteve presente à atividade.

Reunião Extraordinária

As ações realizadas, as que estão em curso e as planejadas pelos operadores dos serviços de saneamento para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica no Alto Tietê foram discutidas em reunião realizada em 28 de julho, em São Paulo (SP). O DMA participou do encontro.

Rio Pardo (CBH-Pardo)

Câmaras Técnicas

As Câmaras Técnicas realizaram reunião conjunta, em Ribeirão Preto (SP), para tratar da análise das complementações recebidas dos projetos protocolados no Comitê em 2014. O encontro, acompanhado pelo DMA, ocorreu em 10 de julho.

Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS)

O Aquífero Guarani foi o tema da reunião realizada pela Câmara em 11 de julho, em Ribeirão Preto (SP). O DMA esteve presente à reunião.

Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT)

Conselho Fiscal

O DMA esteve no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) em Sorocaba (SP), no dia 16 de julho, para a posse da vaga de titular no Conselho Fiscal da Fundação da Agência. Após a posse, o DMA solicitou que fosse providenciada, antes da próxima reunião do Comitê, uma prestação de contas da verba oriunda da cobrança pelo uso da água.

Sapucaí Mirim Grande (CBH-SMG)

Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos

Em 18 de julho, o DMA realizou encontro na sede da Secretaria Executiva do CBH-SMG em Franca (SP) para tratar com a Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos da revisão da priorização e hierarquização das propostas de financiamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014.

Turvo/Grande (CBH-TG)

Reunião Ordinária

A hierarquização dos projetos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014 foi aprovada em reunião, acompanhada pelo DMA, que foi realizada em 22 de julho, em São José do Rio Preto (SP).

São José dos Dourados (CBH-SJD)

Grupo Técnico de Elaboração do Plano de Bacia

Em reunião realizada no dia 23 de julho, em Jales (SP), o GT discutiu atividades para a elaboração do Plano de Bacia. O DMA acompanhou a reunião.

Mogi-Guaçu (CBH-Mogi)

Câmara Técnica de Planejamento e Gestão

Em 10 de julho, o DMA esteve presente à reunião realizada em Jaboticabal (SP) para aprovação ou reprovação, pontuação, classificação e indicação nominal dos pedidos de enquadramento de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) para o segundo pleito do exercício de 2014.

Alto Paranapanema (CBH-Alpa)

Reunião Ordinária

Os critérios para distribuição dos saldos remanescentes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) foram definidos em reunião ordinária, acompanhada pelo DMA, que ocorreu em 24 de julho, em Buri (SP).

Legislação Ambiental

Legislação Ambiental -Diplomas Legais Recentes

Federal

Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014

Regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres; altera o art. 126 da Lei no 9.503, de 23/11/1997 - Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências.

Resolução Conselho Nacional de Trânsito (Contran) nº 494, de 5 de junho de 2014

Altera a Resolução Contran nº 293, de 29/11/2008, que trata de transporte de sucata metálica prensada em blocos ou pacotes.

Resolução conjunta ANA/DAEE nº 699, de 27 de maio de 2014

Dispõe sobre a suspensão temporária da concessão de outorgas de captações de águas superficiais das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

Portaria MMA nº 202, de 5 de junho de 2014

Institui o Grupo de Trabalho para estabelecimento de critérios e diretrizes de ordenamento da pesca em Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável e dá outras providências.

Instrução Normativa ICMBio nº 2, de 27 de junho de 2014

Altera a Instrução Normativa nº 20, de 22/11/2011, que regula os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso em cumprimento às obrigações de compensação ambiental dirigidas a unidades de conservação federais, nos termos da exigência estabelecida no art. 36 da Lei nº 9.985, de 18/7/2000, de apoio à implantação e à manutenção de unidade de conservação nos casos de licenciamento ambiental de significativo impacto ambiental.

Projetos de lei (PL)

PL nº 7818/2014

Estabelece a Política Nacional de Captação, Armazenamento e Aproveitamento de Águas Pluviais e define normas gerais para sua promoção.

PL nº 7808/2014

Altera a Lei nº 9.795, de 27/04/1999, determinando a instalação, pelos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada, de postos de coleta de lixo eletrônico.

PL nº 7791/2014

Altera a Lei nº 9.605, de 12/02/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, eliminando a modalidade culposa nos tipos penais que especifica.

PL nº 7735/2014

Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição; os arts. 1, 8, "j", 10, "c", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16/03/1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade e dá outras providências.

PL nº 7709/2014

Acrescenta §6º ao artigo 15 e parágrafo único ao artigo 47 da Lei nº 9.985, de 18/06/2000, que regulamenta o art. 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

PL nº 7624/2014

Dispõe sobre o emprego de materiais recicláveis e ecologicamente sustentáveis nas construções comerciais e residenciais, e dá outras providências.

PLP nº 404/2014

Altera a Lei Complementar nº 140, de 8/12/2011, para assegurar a participação do ente federativo impactado no licenciamento ambiental de competência da União.

Estadual (SP)

Decreto nº 60.582, de 27 de junho de 2014

Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, cria Parques Aquícolas Estaduais, estabelecendo as condições para o desenvolvimento sustentável da produção aquícola no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

Decreto nº 60.521, de 5 de junho de 2014

Institui o Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recomposição de Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água, institui a unidade padrão Árvore-Equivalente e dá providências correlatas.

Decreto nº 60.520, de 5 de junho de 2014

Institui o Sistema Estadual de Gerenciamento On-line de Resíduos Sólidos (Sigor) e dá providências correlatas.

Resolução SMA nº 53, de 13 de junho de 2014

Altera os parâmetros para avaliação da Diretiva Biodiversidade no Relatório de Gestão Ambiental (RGA), no âmbito do Programa Município Verde Azul, para o exercício de 2014.

Resolução SMA nº 52, de 10 de junho de 2014

Determina ao Secretário-Executivo do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) a execução do disposto no § 1º do artigo 4º da Deliberação Normativa Consema 1/2014 – licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades de potencial impacto local.

Resolução conjunta SMA/SSRH nº 1, de 5 de junho de 2014

Define as áreas de intervenção do Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recomposição de Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água – Programa Mata Ciliar, de que trata o Decreto 60.521, de 5/06/2014.

Resolução SMA nº 51, de 5 de junho de 2014

Dispõe sobre a instituição do Programa Estadual de Conciliação Ambiental, e dá outras providências.

Resolução SMA nº 49, de 28 de maio de 2014

Dispõe sobre os procedimentos para licenciamento ambiental com avaliação de impacto ambiental, no âmbito da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

Resolução SMA nº 48, de 26 de maio de 2014

Dispõe sobre as condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas.

Portaria da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) nº 8, de 2 de julho de 2014

Estabelece procedimentos a serem realizados pela CBRN em relação aos requerimentos de aprovação da localização de Reserva Legal, considerando a efetiva implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Portaria da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA) nº 11, de 13 de junho de 2014

Dispõe sobre a realização do Atendimento Ambiental instituído pelo Decreto Estadual 60.342 de 4/04/2014.

Portaria DAEE nº 1.029, de 22 de maio de 2014

Suspende as análises de requerimentos e as emissões de outorgas de Autorização de Implantação de Empreendimento e de Direito

de Uso, para novas captações de água de domínio do Estado, nas áreas das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (UGRHI 5) e do Alto Tietê (UGRHI 6), nas modalidades e condições que especifica.

Deliberação CRH nº 160, de 26 de junho de 2014

Prorroga a Deliberação CRH 90, de 10/12/2008, que aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo.

Deliberação Consema nº 10, de 27 de maio de 2014

Aprova o Relatório Anual da Qualidade Ambiental - 2014.

Decisão Cetesb nº 153-I, de 27 de maio de 2014

Dispõe sobre os Procedimentos para o Licenciamento Ambiental com Avaliação de Impacto Ambiental no âmbito da Cetesb, e dá outras providências.

Casos de Sucesso

Reciclagem de uniformes usados: arte e sustentabilidade

Empresa: Libra Terminais S/A

A Libra Terminais opera nos maiores e mais movimentados portos da costa brasileira, através da Libra Terminais Santos e Libra Terminais Rio. Prestadora de serviços de movimentação e armazenagem, a Libra é reconhecida pela excelência operacional e elevado suporte de informações, que garantem o fluxo rápido, eficiente e seguro de todos os tipos de cargas.

Descrição das Medidas Adotadas

O projeto visa à reciclagem dos uniformes usados, administrativos e operacionais, transformando-os em novos produtos, como carteiras, agulheiros, chaveiros e organizadores de bolsa, entre outros itens.

Resultados Ambientais e Econômicos

Foram encaminhados 1.280 kg de resíduos de uniformes para reciclagem, contribuindo para diminuição de gastos com caçamba, transporte e despesas com a destinação final dos resíduos.



Foto: Banco de Imagens Grupo Libra



Mantenha-se atualizado sobre a área ambiental

O crescimento da conscientização ambiental, a velocidade de alterações das políticas públicas e as implicações dessas mudanças no cotidiano de empresas e consumidores aumentaram a demanda por informações qualificadas pertinentes ao setor ambiental.

O Informe Ambiental da Fiesp fornece informações de forma rápida e consistente sobre a área ambiental e atividades do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp. Para receber o Informe Ambiental todos os meses e manter-se atualizado sobre os temas em discussão de interesse do setor industrial no Estado de São Paulo e no País, basta enviar uma mensagem para o endereço cdma@fiesp.com com o título "Cadastro do Informe Ambiental".

Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp. Circulação mensal.

Comentários e sugestões: Tel.: (11) 3549-4675 / Fax.: 3549-4237 • cdma@fiesp.com • www.fiesp.com.br

Edição: Fábrica C

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.